

**Arusha: não há fumo sem fogo**

# ANC consuma ruptura com Moçambique

**António Duarte**

A personalidade política do presidente moçambicano Samora Machel dominou a conferência da Internacional Socialista em Arusha, Tanzânia. No entanto, Samora Machel confronta-se, cada vez mais, com a desconfiança de alguns países de Linha da Frente, com a posição crítica dos social-democratas nórdicos e com uma preocupante ruptura do ANC com o Governo de Moçambique, face ao acordo de N'Komati e à estratégia a adoptar em relação ao regime sul-africano.

Nada será como dantes entre o Governo moçambicano e o African National Congress (ANC). «Divórcio» é já uma palavra utilizada por fontes moçambicanas para explicarem a «O Jornal», as divergências de fundo que, desde o acordo de N'Komati, se agudizam entre a RPM e o ANC.

Na conferência da Internacional Socialista e dos Países da Linha da Frente, em Arusha, estas divergências alargaram-se a Mario Soares e Olaf Palme, que defendem, respectivamente, as teses de Samora Machel e do ANC sobre o regime de Pretória.

## Colonialismo interno

A principal divergência entre os dois grupos reside na análise do sistema político, da natureza do poder e do regime na África do Sul: o ANC tem desenvolvido, de há vários anos para cá, a tese do colonialismo interno da África do Sul, recusando, assim, a soberania nacional e combatendo-a com as armas.

Em consequência desta tese e desta prática, o ANC é, para o regime do «apartheid», um movimento ilegal com o qual não há diálogo possível. Por

seu lado, o ANC, prosseguindo este tipo de luta e necessitando de apoios internacionais, recorre à solidariedade da OUA e dos movimentos irmãos dos países vizinhos.

É assim que, em meados de 70, a Frelimo, acabada de chegar ao Poder em Moçambique, distribui apoios políticos e militares por duas frentes: a ZANU, de Robert Mugabe, na antiga Rodésia, e o ANC, na África do Sul. Isto não quer dizer que, oficialmente, a Frelimo tivesse permitido ao ANC utilizar o território moçambicano para a instalação de bases militares e para o planeamento de operações na África do Sul, como aconteceu, abertamente, em relação à ZANU, na luta na Rodésia.

Nessa altura, a Frelimo parecia distinguir duas situações e dois tipos de luta: na Rodésia lutava-se pela independência do Zimbabwe; na África do Sul lutava-se pelos direitos civis e pelo fim do «apartheid».

Em conferência de Imprensa, durante o Governo de transição, antes da independência da RPM, o actual ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, formulou a tese de que os vizinhos não se escolhem e que o povo sul-africano tem de lutar pelos seus próprios direitos

dentro do seu próprio país.

## «Frelimo» não desautorizou trânsito de armas»

Após a independência do Zimbabwe e com o incremento da guerrilha da Resistência Nacional Moçambicana a partir de bases na África do Sul, Pretória e Maputo entraram em guerra não declarada. Em nome da solidariedade militante, a Frelimo foi deixando o ANC instalar-se com armas em Moçambique.

Aquino de Bragança, director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e conselheiro do presidente Samora Machel, admite a «O Jornal»: «A Frelimo nunca autorizou o trânsito de armas e de homens de Moçambique para a África do Sul, mas, realmente, também não desautorizou. Houve uma altura em que isso aconteceu...»

A exemplo do que tinha acontecido aquando da luta pela independência do Zimbabwe (sanções económicas de Moçambique à Rodésia), os moçambicanos pagam um preço muito caro pelos apoios ao ANC, sofrendo incursões directas (bombardeamentos na Matola, atentado a Ruth First, explosões em Maputo) e indirectas (sabotagens económicas e acções mortíferas da RNM) dos sul-africanos em território da RPM.

Vias de comunicação são cortadas pela RNM, centros de produção devastados, fábricas paralisadas, cidadãos mortos. A guerra não declarada continua entre Moçambique e a África do Sul, em desigualdade de circunstâncias: Moçambi-

que é um país ainda sem estruturas, com um fraco potencial militar (a URSS envia presentes «envenenados»: material pesado que se mostra ineficaz na luta contra a guerrilha), o povo passa fome e o sistema económico está praticamente aniquilado.

Não resta a Samora Machel outra alternativa: o acordo de paz e de segurança com a África do Sul. Moçambique não permitiria que o ANC operasse no país vizinho a partir do território moçambicano e a África do Sul cortaria os apoios à Resistência Nacional Moçambicana.

Assim acontece N'Komati. Em Março deste ano, Pieter Botha e Samora Machel abraçam-se em terra de ninguém, entre os dois países. O gesto não é compreendido por todos os líderes da Linha da Frente: decorridos escassos sete meses da cerimónia de N'Komati, Robert Mugabe (Zimbabwe), que mantém uma posição dura em relação à África do Sul, embora não aceite bases do ANC no Zimbabwe, desconfia da eficácia do acordo de N'Komati e recusa que ele se possa voltar contra Moçambique; Kenneth Kaunda (Zâmbia) mantém uma posição ambígua, «por ser um temporizador, o homem do diálogo» — dizem-nos fontes moçambicanas; Julius Nyerere (Tanzânia) apoia directamente a luta do ANC (o ANC tem campos de treino na Tanzânia e em Angola), mas não pode deixar «cair» o seu velho amigo e discípulo Samora Machel, mantendo, assim, uma posição nem sempre muito clara em relação ao acordo de N'Komati, embora os dois líderes tenham concertado posições nos bastidores da Conferência

de Anusha.

Mais a norte, a Etiópia declarou-se a favor do ANC, criticando, veladamente, o acordo de N'Komati e o «abandono» do African National Congress pelas autoridades moçambicanas. É uma posição significativa, tendo em atenção que o regime etíope manifesta uma crescente filiação no marxismo-leninismo de inspiração soviética.

Outro país a manifestar-se, desta vez a favor do acordo de N'Komati, é o Benin. É, também, uma posição significativa, tendo em conta que o regime político do Benin é marxista-leninista, mas de inspiração nacionalista-africana.

E o ANC? Que reacções? Kadar Asmal, jurista e professor numa faculdade inglesa, conselheiro do ANC, acaba de elaborar uma comunicação de base em que defende a tese que o acordo de N'Komati é nulo, porque a África do Sul não é um país independente.

#### «Moçambique fica ofendido»

Por outro lado, o ANC, que tem «lobbies» junto de várias organizações internacionais — algumas no Norte da Europa —, interpreta N'Komati como uma cedência total de Moçambique à África do Sul, dando a entender que a Frelimo se rendeu e que a RPM perdeu credibilidade revolucionária, estando em vias de se transformar num conjunto de Bantustões.

«Moçambique fica ofendido» — desabafa Aquino de Bragança a «O Jornal». — A partir dos acordos de N'Komati há um engajamento que responde aos princípios da própria Frelimo: garantir um fim de uma guerra e garantir boa vizinhança. Por isso acho que os acordos de N'Komati foram mais longe do que os de Lusaka. É isto que o ANC não compreende. É isto que Olaf Palme não compreende.»

Por tradição de apoio às lutas nacionalistas e independentistas em África, Olaf Palme é, na Internacional Socialista, o crítico número um do acordo de N'Komati e o maior apoiante do ANC.

#### Divergências Palme-Soares

A este nível, toram nítidas as divergências entre Olaf Palme e Mário Soares na conferência da IS e dos Países da Linha da Frente em Arusha, Tanzânia. Mário Soares apoia integralmente a estratégia política de

Samora Machel e elogia a coragem do Presidente moçambicano em decretar a paz com a África do Sul e manifestar-se pela conquista pacífica dos direitos civis no país do Cabo, embora, segundo o vice-presidente da IS e secretária-geral do PS haja necessidade de vigilância e se deva pressionar Pretória a cumprir o acordo.

Não esqueçamos que, em sete meses de vigência do acordo de N'Komati, a Resistência Nacional Moçambicana (ou Renamo), em vez de abrandar as acções de guerrilha, intensificou a luta armada contra o Governo de Maputo, deslocando-se para o Sul e provocando um clima geral de insegurança à volta da capital (Maputo parece uma cidade cercada).

Fontes moçambicanas contactadas por «O Jornal» em Maputo inclinam-se para a hipótese de a Renamo continuar a ser apoiada e abastecida por forças sul-africanas de extrema-direita e por franjas do exército, à revelia do Governo de Botha.

#### Branco sul-africanos divididos

A dinâmica do Poder na África do Sul não é tão líquida como poderá parecer à primeira vista: existe, na África do Sul, uma direita bastante forte, cuja figura central é Connie Mulder, branco e rival de Pieter Botha.

Connie Mulder reaparece à frente do Partido Conservador, com vitórias eleitorais recentes, opondo-se ao acordo de N'Komati e demonstrando que a família africana branca está dividida. De um lado Botha; do outro Mulder e os duros do exército, com Magnus Mallan à frente. A esquerda, o Partido Progressista Federal, de Helen Suzman (deputada); que advoga a resolução pacífica do problema do «apartheid», e no sector radical o ANC, a voz dos negros, cada vez com mais adeptos.

Os conflitos internos aumentam na África do Sul. Botha está entre «a espada e a parede». Os distúrbios aumentam em Joanesburgo. A situação complica-se, mas — como salienta Aquino de Bragança — «não é a Moçambique que cabe dizer como se deve proceder para conquistar os direitos na África do Sul».

#### Incidentes em Moçambique com armas do ANC

Uma certeza: desde a assinatura do acordo de N'Komati, Moçambique clarificou a sua posição face ao ANC. «A nossa posição — diz-nos Aquino de Bragança — é de solidariedade moral e de apoio diplomático.»

A decisão moçambicana, por mais que custe ao ANC, está a ser defendida na prática — embora sem a anuência do African National Congress: «Dissemos ao ANC que não deixaremos passar mais armas para a África do Sul. O ANC tem de ter um estatuto: se é cooperante, coopera; se é um movimento de refugiados, vai para um campo de refugiados» (Aquino de Bragança).

Após a assinatura do acordo de N'Komati, as autoridades moçambicanas explicaram ao ANC o porquê da necessidade de paz com a África do Sul e solicitaram-lhe o estabelecimento de uma comissão mista para proceder à entrega voluntária das armas, depositadas em vários domicílios e em escritórios do African National Congress em território de Moçambique e detidas por cerca de 200 elementos ligados ao movimento negro sul-africano.

Ao que tudo indica, o ANC não aceitou a comissão, não tendo dado qualquer resposta às autoridades moçambicanas, o que levou a Polícia Militar de Moçambique a efectuar rusgas em habitações, para a apreensão de armas, sem a participação de membros do African National Congress.

#### Samora clarifica posição em Arusha

Estes incidentes esfriaram, ainda mais, as relações entre Moçambique e o ANC, a tal ponto que o Presidente Samora Machel teve o cuidado de reafirmar, claramente, a sua posição, em Arusha, face aos problemas surgidos. Samora afirmou que o ANC foi levado a passar à ilegalidade pela ruptura do diálogo com o Governo sul-africano e defendeu o reconhecimento do African National Congress pela África do Sul, como garantia para a democratização do sistema.

«Só assim, pela via do diálogo, poderá acabar o «apartheid» — diz Aquino de Bragança —.

Pelo contrário, o ANC dá um tiro por mês e isso não garante a mudança».

O director do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane é da opinião que muitas das críticas a Moçambique, pela sua posição face à África do Sul e ao ANC, advêm da falta de informação e mesmo desinformação do que se passa, actualmente, nesta região da África Austral:

«Nós pertencemos à periferia do subsistema que é a África do Sul e temos de nos manter à margem desse subsistema, mas não pela força das armas. Queremos ter comércio com a África do Sul. Não queremos ter vergonha — como muitos países africanos — de ter relações com a África do Sul. O problema com o ANC é que, qualquer que seja a veracidade das suas análises, elas divergem quanto à análise do sistema e do regime sul-africano. O ANC fala do colonialismo interno. Em várias conversas que tive com o Presidente Nyerere, tive ocasião de frisar que se adoptar-mos esta tese, extremamente perigosa, a África do Sul poderia conformar-se com os desejos de independência e outorgá-la aos Bantustões. Ora, nós somos pela unidade da África do Sul.»

Outras fontes moçambicanas referem a «O Jornal» que é fundamental que os brancos sul-africanos compreendam que sem a participação e igualdade dos negros nas actividades governativas e nacionais não haverá paz, mas que, por outro lado, os actuais dirigentes da África do Sul não podem substituir a intranquilidade dos brancos, que são africanos e que não querem sair do seu país.

JORNAL (O)

Lisboa

14 SET. 1984